



Nº 1163 - Semanal
0,50 €

18 Julho 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

LEVAR O DEBATE A TODO O PARTIDO



Augusto Santos Silva foi o rosto da proposta de revisão da Declaração de Princípios e Programa apresentada na última reunião da Comissão Nacional, que centrou os trabalhos na preparação do próximo Congresso do PS, marcado para os dias 15, 16 e 17 de Novembro. A outra face da reunião foi a de Vitalino Canas, a quem coube a tarefa de expor o relatório sobre a revisão dos Estatutos. Estes documentos que se publicam na íntegra, em separata, nesta edição do "Acção Socialista", constituem referências para o debate interno e "com círculos de opinião próximos do PS" que vão dar origem às propostas finais a apresentar ao Congresso. Por outro lado, a Comissão Nacional deu o seu aval à estratégia de oposição seguida pelo Secretariado Nacional e Grupo Parlamentar do PS.

► Página 5

CAMPOS CRITICA GOVERNO POR SE ALIAR À FRANÇA

PORTUGAL É QUEM MAIS BENEFICIA COM PROPOSTAS DE REVISÃO DA PAC

As propostas da Comissão Europeia para a reforma da PAC, agora em discussão na União, colocam Portugal como um dos grandes beneficiários e repõem alguma justiça e equilíbrio que falta na actual política agrícola comum, considerou em entrevista ao "Acção Socialista" António Campos, membro da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu. Na sua opinião, estas propostas são genericamente boas para a agricultura portuguesa e, por isso, considera "inadmissível" que o Governo se tenha aliado à França que, como país que mais beneficia da PAC, tem interesses totalmente divergentes dos nossos. "Há pessoas no Governo que têm interesses que não correspondem aos interesses globais da agricultura portuguesa", acusa o eurodeputado.

► Página 11

SUPLEMENTO

PROPOSTAS DE REVISÃO DA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, PROGRAMA E ESTATUTOS

PLENÁRIO ESPECIAL DA AR

ESTABILIDADE ORÇAMENTAL VOTADA AMANHÃ

Os deputados socialistas Joel Hasse Ferreira e Eduardo Cabrita entregaram, terça-feira, no Parlamento, um requerimento para a audição do ministro da Segurança Social, Baço Félix, na Comissão de Economia e Finanças para esclarecer as repercussões de "vários aspectos" da Lei de Estabilidade Orçamental nos cofres da Segurança Social.

► Página 3

A SEMANA REVISTA

Reuniu-se no sábado passado a Comissão Nacional do PS, tendo aprovado o regimento e regulamento do Congresso, bem como a constituição da COC.

Ferro Rodrigues e Almeida Santos tomaram posse como membros do Conselho de Estado. No final da cerimónia, sob a presidência de Jorge Sampaio, reuniu-se o Conselho de Estado onde foram analisadas as linhas de orientação da política portuguesa relativamente ao debate sobre o futuro da Europa, bem como as possíveis repercussões para Portugal no contexto da próxima reforma dos tratados.

O deputado socialista Capoulas Santos deu uma conferência de Imprensa sobre a reforma da PAC onde defendeu que Portugal sai beneficiado com as propostas da Comissão.

Com os votos contra do PS, foi aprovada na Assembleia da República, no passado dia 10 de Julho, a nova Lei de Bases da Segurança Social.

A Comissão Política Concelhia do PS da Amadora promoveu uma conferência na passada terça-feira, dia 16 de Julho, no auditório da Câmara Municipal, subordinada ao tema "O PS, Portugal e o Futuro", na qual foi orador o dirigente nacional Jorge Coelho.

O Governo Regional dos Açores apostando no desenvolvimento do turismo anunciou apoios no valor de 5,1 milhões de euros para a construção de dois hotéis nas ilhas de S. Miguel e Terceira, representando um investimento global de 28,3 milhões de euros.

Realizou-se no dia 13 de Julho, no cinema Tivoli, a Conferência Nacional sobre "Serviço Público - Uma Questão Nacional", que contou com a presença de António-Pedro Vasconcelos, Estrela Serrano, Luís Nazaré, entre outros.

Jorge Sampaio recebeu no sábado o vice-primeiro-ministro da República Popular da China, Li Lanqing, e na segunda-feira o Presidente da União da Europa Ocidental, Klaus Buhler.

ANJINHOS

ANTOONIO COLAÇO

"Como diz a minha mãe,
durmo como um anjo!"
Durão Barroso, SIC, 11/07/2002



DEBATER TUDO

O "Acção Socialista" publica nesta edição um destacável contendo a proposta de Declaração de Princípios e o relatório da Revisão dos Estatutos, documentos que foram presentes à última reunião da Comissão Nacional, na sequência de um mandato atribuído por este órgão ao Secretariado Nacional. Estas propostas constituem uma primeira base de trabalho para o debate que se está travar no interior do partido e que decorrerá até ao próximo Congresso de Novembro, altura em que os militantes vão decidir as orientações fundamentais para o futuro do PS.

O "Acção Socialista" apela a todos os militantes, particularmente aos seus leitores, a que participem activamente neste debate através de artigos de opinião a publicar no órgão oficial do Partido Socialista, para que a discussão franca e aberta seja travada no sítio próprio, isto é, no "Acção Socialista".

Recordando as palavras do nosso secretário-geral, quando afirmou que o próximo Congresso "é para debater tudo", e tendo presente declarações de diversos dirigentes que colocam o "Acção Socialista" como espaço privilegiado de debate, a Direcção do jornal agradece antecipadamente todos os contributos que sirvam o interesse do PS e contribuam para o enriquecimento ideológico do partido.

A Direcção

PS. Solicita-se que os textos a enviar para o "Acção Socialista" não excedam os 4000 caracteres.

PLENÁRIO ESPECIAL

ESTABILIDADE ORÇAMENTAL VOTADA AMANHÃ

Os deputados socialistas Joel Hasse Ferreira e Eduardo Cabrita entregaram, terça-feira, no Parlamento, um requerimento para a audição do ministro da Segurança Social, Bagão Félix, na Comissão de Economia e Finanças para esclarecer as repercussões de "vários aspectos" da Lei de Estabilidade Orçamental nos cofres da Segurança Social.

O PS considera como "não proposta" o diploma avançado pelo Governo Durão/Portas em matéria de enquadramento orçamental.

Joel Hasse Ferreira afirmou que o projecto do Executivo não resolve os problemas de inconstitucionalidade e suscita novas dúvidas relativas à não entrega dos mapas de despesas por alegada falta de condições para 2003.

Os socialistas defendem a criação do Conselho de Coordenação Financeira do Sector Público Administrativo (SPA) e a consagração do princípio da discriminação positiva.

O Conselho é uma medida "politicamente importante de co-responsabilização" por "associar em permanência" as autarquias, as regiões, a Segurança Social e o Estado no



esforço de consolidação orçamental.

Quanto ao princípio da discriminação positiva, a bancada do PS reiterou que os limites de endividamento das regiões devem ser adequados ao seu nível de riqueza.

Entretanto, recorde-se, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista havia conseguido, na semana passada, que o Governo cedesse na sua exigência de votar o diploma na generalidade na quinta-feira, dia 11.

Assim, a proposta de Lei de Estabilidade Orçamental será votada, em votação final, num

plenário especial da Assembleia da República agendado para amanhã, sexta-feira.

No debate da semana passada, o parlamentar do GP/PS José Medeiros Ferreira salientou a conveniência "e até a necessidade" de um "forte esforço de disciplina nas despesas públicas".

Todavia, Medeiros Ferreira objectou que a proposta governamental "reforça grandemente os poderes discricionários do ministro das Finanças no chamado sector público administrativo".

Deste modo, frisou, "o diploma leva

directamente à desigualdade no Conselho de Ministros, e ao centralismo orçamental subdelegado pelo Pacto de Estabilidade".

Segundo o deputado, a Lei de Estabilidade Orçamental proposta pelo Executivo deixaria "à mercê dos empenhamentos políticos" as regiões autónomas e os municípios.

Assinalando as deficiências técnicas do diploma da maioria, Medeiros Ferreira aconselhou o Governo a "habitar-se a respeitar a Constituição", avançando que a bancada socialista tem preparadas propostas de alteração ao diploma do Executivo.

Por seu turno, Joel Hasse Ferreira confirmou a atitude favorável da bancada socialista face à existência de uma Lei de Estabilidade Orçamental, "mas bem feita, equilibrada, útil, eficaz e respeitadora da Constituição".

O deputado do PS agrupou em três áreas as grandes divergências dos socialistas em relação à proposta do Governo. Assim, para além da constatação de que é inconstitucional, o diploma não satisfaz em matérias relativas às autarquias locais, às autonomias, nem respeita

"a necessidade de transparência da lei e da informação a prestar ao Parlamento e ao País".

Como questão "fundamental", Joel Hasse destacou a solidariedade dentro do sector público administrativo, concluindo que a mesma "deve exprimir-se organicamente" e não por imposição.

M.R.

LEI DE TELEVISÃO

PS QUER FISCALIZAÇÃO SUCESSIVA

O PS vai pedir ao Tribunal Constitucional (TC) a fiscalização sucessiva das alterações à lei de televisão e conta com o apoio do PCP e BE para desencadear um processo conjunto. Segundo referiu Paulo Pedroso, "o PS tem o maior respeito pela decisão do Presidente da República", mas continua a considerar que existem "normas inconstitucionais" no diploma que "justificam que o Tribunal Constitucional possa pronunciar-se sobre a matéria". Ou seja, o PS reafirma que o facto de o actual director de antena da RTP, Emídio Rangel, não ser sujeito ao parecer vinculativo da Alta Autoridade para a Comunicação Social (somente os seus sucessores) cria um hiato temporal de inconstitucionalidade na aplicação da lei. A iniciativa de recorrer ao TC, segundo o porta-voz do PS, será desencadeada "logo que a lei seja publicada", embora a medida não impeça a entrada em vigor da nova legislação. Entretanto, PS, PCP e Bloco de Esquerda já reuniram as 23 assinaturas necessárias para pedir ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da nova lei de televisão, e só estão à espera da entrada em vigor do diploma para fazerem chegar o pedido ao Palácio Ratton.



GP/PS QUER EXPLICAÇÕES SOBRE PSEUDOPACOTE DE OBRAS PÚBLICAS

O Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) solicitou a presença do ministro Valente de Oliveira na 9ª Comissão a propósito do "pseudopacote de obras públicas".

Numa nota à Imprensa, o deputado do PS José Junqueiro refere que, tal como se suspeitava, "não há mais investimento nem investimento novo", lembrando que o próprio Governo confirmou, por exemplo, que só na rodovia, o corte é superior a 87 milhões de euros.

Particularmente importante, para o deputado do PS, é o facto de "o Governo anunciar que vai eliminar do PIDDAC de 2003 todas as verbas de menor dimensão inscritas no ano corrente e que se destinam à abertura de projectos".

Acontece que, lembra Junqueiro, "as mesmas resultam de compromissos assumidos, sendo certo que esta atitude do Governo vai defraudar as legítimas ambições dos autarcas, entidades e população em geral".

O PS "crítica, por deslocada, esta tentativa de paternidade dos vários empreendimentos", concluindo, pela força dos factos, "que o anúncio do Governo sobre 'obras novas' não tem conteúdo, são apenas ilusões que outra finalidade não visam se não a de tentar inverter o discurso de pessimismo do primeiro-ministro que tão perversos efeitos está a lançar no País".

ALGARVE

APOLINÁRIO ACUSA GOVERNO DE PREJUDICAR O TURISMO

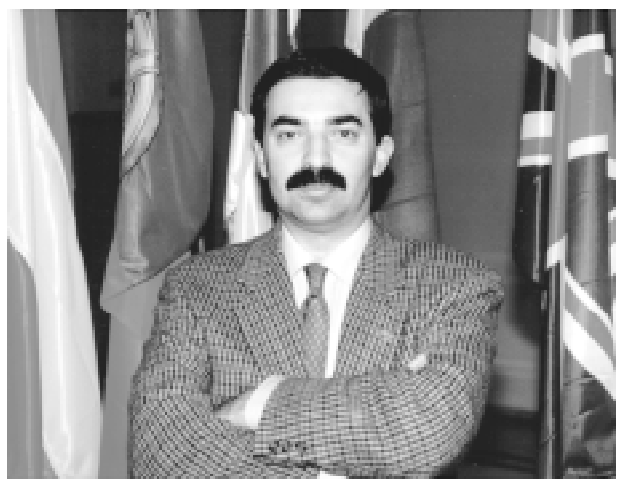
O deputado e líder do PS/Algarve, José Apolinário, acusou o Governo de estar a "prejudicar o turismo, em especial no Algarve", devido ao discurso que tem vindo a ser feito de "dramatização da situação económica".

Apolinário, que juntamente com os seus colegas da bancada socialista eleitos pelo círculo de Faro Jamila Madeira e Luís Carito esteve reunido na semana passada com a direcção da AHETA, lançou um repto ao Governo para que a abertura da auto-estrada Lisboa/Algarve "seja uma oportunidade para reforçar a aposta no turismo interno, atenuando assim as perspectivas difíceis do ano turístico".

Na reunião com os dirigentes da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), os deputados do PS ficaram a saber que a ocupação hoteleira ao longo de Junho registou um decréscimo de 5,2 por cento em relação ao mês homólogo de 2001.

Recentes dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) referentes aos primeiros quatro meses do ano apontam igualmente para uma quebra de 4,9 por cento nas dormidas a nível nacional e de 8,9 por cento na região do Algarve.

Para os deputados socialistas eleitos pelo Algarve, tais quebras terão a ver com a "dramatização da situação económica que tem vindo a ser feita pelo actual Governo".



REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

LEVAR O DEBATE A TODO O PARTIDO

A preparação do Congresso, marcado para os dias 15, 16 e 17 de Novembro, dominou os trabalhos da última reunião da Comissão Nacional. Desde logo porque foram apresentados dois documentos sobre a revisão dos Estatutos e alteração da Declaração de Princípios que prometem muita polémica, depois pela aprovação do regulamento, do regimento e da constituição da Comissão Organizadora do Congresso, e ainda da proposta de alargamento do prazo para a refiliação. Do ponto de vista externo, a Comissão Nacional deu o seu apoio à estratégia de oposição seguida pelo partido.

Ferro Rodrigues disse que tem como objectivo que "o PS saia do próximo Congresso como um dos partidos mais qualificados, activos e modernos da Europa". Em conferência de imprensa realizada no final da Comissão Nacional, o secretário-geral do PS fez questão de realçar que, ao longo da reunião, não se pronunciou sobre a proposta de revisão de Declaração de Princípios, da autoria do ex-ministro Augusto Santos Silva. "A minha obrigação como secretário-geral é estimular o debate e não colocar-me desde já ao lado desta ou daquela alternativa", frisou, acrescentando que "houve um debate, que vai ser continuado e abranger todo o partido". Quanto ao ponto da proposta de revisão dos Estatutos que pretende dar mais poderes ao secretário-geral na escolha dos candidatos a deputados, Ferro Rodrigues reafirmou que "a questão se encontra em aberto" e que o debate "ainda está no início".



No entanto, sublinhou, "o PS tem de ter os mecanismos estatutários que lhe permitam escolher os melhores candidatos a deputados". Segundo Ferro Rodrigues, "o PS deve continuar a ser um partido popular, mas também terá de criar as condições indispensáveis para receber os melhores quadros da sociedade portuguesa". Sobre a possibilidade do PS perder muitos militantes na sequência do processo de actualização de dados e renumeração, cujo prazo limite foi prolongado até 16 de Setembro, o secretário-geral lembrou que, nos últimos meses, "já entraram para o partido mais de quatro mil militantes". E disse que apoia o processo de refiliação, "que só nos deve orgulhar", porque, frisou, "o PS vivia numa ficção quantitativa em termos de número de militantes. Não quero nos ficheiros do partido militantes que infelizmente já faleceram". Na conferência de imprensa, Ferro Rodrigues referiu que a Comissão Nacional do PS "deu um apoio claro à estratégia de oposição seguida pelo partido", acrescentando que "o PS está com uma imagem diferente, apresentando-se já como uma clara referência para os portugueses". Ferro Rodrigues anunciou ainda que o PS, com a Juventude Socialista, vão lançar em Agosto uma campanha contra a retirada aos jovens do direito

ao crédito bonificado na aquisição de habitação, que decorrerá em várias zonas do País.

Regulamento e regimento aprovados

A Comissão Nacional do PS aprovou o regulamento e o regimento do seu próximo Congresso, que se realizará em Lisboa entre os dias 15 e 17 de Novembro, bem como a constituição da Comissão Organizadora do Congresso (COC), que será presidida pelo camarada Paulo Pedroso. Na Comissão Nacional do PS, ficou também aberta a possibilidade do secretário-geral do partido, Ferro Rodrigues, submeter a sua liderança ao voto dos delegados no próximo congresso. Para o efeito, a direcção do PS irá apresentar uma proposta de alteração dos Estatutos, na qual ficam previstas duas formas distintas para a eleição do secretário geral. No próximo Congresso de Novembro (e em congressos extraordinários), o secretário-geral será eleito pelos delegados, de forma indirecta, já que se entende, segundo explicou Paulo Pedroso, que Ferro Rodrigues foi escolhido para a liderança, em Janeiro, "em circunstâncias especiais", tendo como objectivo preparar o

partido para as eleições legislativas de 17 de Março. No entanto, em congressos ordinários, de dois em dois anos, o secretário-geral do PS continuará a ser eleito directamente pelas bases, tal como vem acontecendo desde 1992.

Alterações à Declaração de Princípios

Em declarações aos jornalistas a meio dos trabalhos da Comissão Nacional, o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, adiantou que o relatório para a revisão da Declaração de Princípios do partido, da autoria do ex-ministro da Cultura Augusto Santos Silva, prevê a abertura do espaço político do PS a correntes do chamado centro político.

Paulo Pedroso sublinhou que o relatório foi apenas apresentado e sujeito a uma primeira discussão em sede de Comissão Nacional, tendo ainda de ser aprovado no Congresso de Novembro.

Justificando a abertura dos socialistas a correntes centristas, como os liberais sociais ou os democratas radicais, Paulo Pedroso referiu que a futura definição do PS "não deverá corresponder à forma como cada militante se posiciona no partido, mas à definição do espaço político de todas as famílias que convergem" na organização.

Logo na introdução da proposta de revisão da Declaração de Princípios, refere-se que o PS vai procurar "incorporar as contribuições e responder aos desafios de outras famílias políticas de orientação reformista, designadamente as que se reclamam do liberalismo político".

Segundo revelou Paulo Pedroso, a Declaração de Princípios do PS irá ainda incorporar posições favoráveis à defesa da paridade em todos os domínios da vida social e à sustentabilidade ambiental, valores que ainda não constavam da Declaração de Princípios de 1985.

O "Acção Socialista" publica nesta edição, na íntegra, os documentos da alteração da Declaração de Princípios, da autoria de Augusto Santos Silva, e da revisão dos Estatutos, da autoria de Vitalino Canas.

PROCESSO DE ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

COMISSÃO NACIONAL DELIBERA ALARGAMENTO DO PRAZO

No âmbito do processo em curso de actualização de dados e renumeração dos militantes, a Comissão Nacional do PS, reunida no dia 13, aprovou a adopção das seguintes medidas: alargamento do prazo limite para a recepção dos formulários de actualização de dados na sede nacional até ao dia 31 de Julho de 2002; durante o mês de Agosto serão enviadas listagens para todas as secções, concelhias e federações com os militantes recenseados e os militantes não recenseados; até ao dia 16 de Setembro, inclusive, as secções, concelhias e federações poderão apresentar reclamações, tendo por base omissões de militantes que enviaram o formulário mas não integram as listagens de recenseados; a partir do dia 16 de Setembro, será efectuada a renumeração e emissão dos novos cartões de militantes; a partir desse mesmo dia, os militantes não recenseados integrarão o ficheiro de simpatizantes, sem os direitos e deveres do militante.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

Paulo Pedroso
José Vera Jardim
Fausto Correia
António Galamba
Artur Penedos
Augusto Santos Silva
Isabel Vigia
Joaquim Barreto
Júlio Miranda Calha

Maria Antónia de Almeida Santos
Maria de Belém Roseira
Maria do Carmo Romão
Miguel Coelho
Pedro Ribeiro
Renato Sampaio
Rui Cunha
Vitalino Canas

VOTAÇÕES NA AR

MARATONA PARLAMENTAR

A última sessão plenária do Parlamento antes do encerramento para as férias do Verão saldouse por um *record* de votações.

A proposta de lei sobre a reforma da Acção Executiva, da autoria da titular da pasta da Justiça, foi o último diploma votado pelos deputados, já bem perto das 22 horas, mais de duas horas depois de se terem iniciado as votações regimentais.

A pressa com que o Executivo laranja tem lidado com os trabalhos parlamentares – num afã de apresentar obra feita que se saldou numa série de “trapalhadas” –, fez também aprovar na Assembleia da República o regime de excepção legal para as touradas de morte em Barrancos, o novo regime jurídico de gestão hospitalar (aprovado com os votos favoráveis do PSD e do CDS, a abstenção do PS e o voto contra das

bancadas mais à esquerda), a proposta governamental para uma Lei de Bases da Segurança Social (com votos contra do PS) e ainda o diploma que restabelece a taxa de alcoolemia permitida aos condutores em 0,5, e que mereceu coerentemente o voto contra dos socialistas.

Também a proposta de lei do Governo sobre o novo regime de imigração foi aprovada com a abstenção do PS e com os votos a favor da maioria de direita.

Já o nosso projecto para a criação das farmácias sociais foi chumbado pelos votos dos dois partidos da coligação governamental.

Na grande confusão que se ia gerando com sucessivas votações – em que maior parte dos deputados acabava por não saber o que estava ao certo a votar, limitando-se a levantar-se e sentar-se dezenas de vezes – a Lei de



Estabilidade Orçamental baixou, sem votação, à Comissão Parlamentar de Economia, por um prazo de oito dias, findos os quais regressará a plenário, agendado para amanhã. O Governo acabou por aceitar a proposta do PS, desistindo da exigência de que a lei fosse

votada quinta-feira na generalidade.

Os socialistas têm denunciado as sistemáticas inconstitucionalidades com que os juristas do Executivo nos têm brindado e que o Governo foi obrigado a reconhecer e terá de resolver.

MARY RODRIGUES

TOUROS DE MORTE EM BARRANCOS

ABERTA A CAIXA DE PANDORA

Depois de anos a repudiar as touradas de morte em Barrancos, os partidos da actual maioria, aproveitando a “boleia” de Jorge Sampaio na sua última presidência aberta pelo distrito de Beja, fizeram aprovar uma lei que contraria tudo quanto defenderam, nos últimos anos, sobre esta matéria.



A Assembleia da República aprovou a semana passada o diploma que autoriza o regime de excepção legal para as lides com touros de morte nas festas locais deste caso alentejano (embora mantenha a proibição para o resto do País), com 94 votos a favor, 80 contra e 11 abstenções. A grande maioria dos deputados do PS votou contra. Apenas oito socialistas se pronunciaram favoravelmente.

O deputado socialista Vitalino Canas alertou para o facto de que o precedente criado “tem todos os condimentos para funcionar como uma verdadeira caixa de Pandora”, apontando a possibilidade de outros locais, para além de Barrancos, invocarem a tradição para matar touros na arena, alertando

Canas elencou mais de 31 municípios com tradições tauromáquicas, explicando de seguida que “todos eles estão interessados em que o privilégio de Barrancos lhes seja concedido.” O diploma, cujo texto, recorde-se, resultou de um consenso *contra-natura* entre os projectos de lei do PCP e do CDS-PP, deixou a bancada laranja numa situação difícil.

Lembre-se a responsabilidade que o PSD assumiu neste processo, instrumentalizando, durante seis anos, a questão barranqueira, como se o tratamento pacífico da sua especificidade pusesse em causa a autoridade do Estado.

A iniciativa partira dos aliados de coligação. A lei resolve um problema ao Governo. Mas, em três ocasiões anteriores, os deputados do PSD votaram contra projectos semelhantes, impedindo a solução para um caso que todos os verões se apresentava como problema para os executivos socialistas.

O PSD sempre usou a acusação de falta de autoridade de Estado para atacar o PS nesta questão e, pasme-se, agora fazem passar no Parlamento o regime de excepção que tanto criticaram.

Assim, em apenas três meses de actividade, o Governo de direita faz recordar que não só os tempos mudam e com ele as vontades. É que, para o partido de Durão Barroso, o interesse nacional não é um bem absoluto, depende do lugar por onde é visto.

M.R.

IMIGRAÇÃO

NOVA LEI FOMENTA ILEGALIDADE

Severas críticas à nova lei de imigração dominaram o II Encontro Nacional de Trabalhadores Estrangeiros, em que participou a deputada socialista Celeste Correia, a única representante de um partido político presente no evento.

A parlamentar do PS lamentou que a lei anterior (em vigor há apenas um ano e meio) tivesse sido revogada “sem ter sido, sequer, avaliada e sem se ouvir ninguém”.

Celeste Correia criticou sobretudo o artigo que veio revogar as autorizações de permanência, “sem apresentar alternativas”.

“O sistema anterior tinha uma janela, que agora deixou de existir”, explicou, prevendo que a vida dos imigrantes e também da administração portuguesa “se vá complicar”. A deputada socialista considerou, por outro lado, que a prioridade neste momento é a de se “refazer toda a rede consular portuguesa, que foi pensada para a emigração e não para a imigração”.

Recorde-se que a Assembleia da República aprovou, no passado dia 11, a proposta do Governo que altera o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, um texto que muitos consideram poder contribuir para “fomentar a ilegalidade”.

Representantes de diversas associações de imigrantes, reunidos domingo, no Porto, alertaram para o facto de a maior parte dos empresários portugueses não ter capacidade



para aplicar a nova lei, sendo que as autoridades também não têm meios para a fiscalizar.

Por outro lado, as características “restritivas e policiais” da recém aprovada legislação relativamente à permanência de estrangeiros em Portugal não representa um combate à imigração ilegal, mas sim à permanência de estrangeiros no País.

Estas e outras críticas foram repetidas por alguns dos muitos estrangeiros presentes no encontro em que se manifestaram preocupados com o estabelecimento de quotas para a entrada de trabalhadores, a revogação das autorizações de permanência e o agravamento das penas a quem auxiliar a imigração.

A partir de agora, só podem entrar em Portugal estrangeiros que possuam um contrato de trabalho, dado que deixou de existir a figura da autorização de permanência – a qual, só no ano passado, permitiu a legalização de cerca de 200 mil imigrantes.

M.R.

SEGURANÇA SOCIAL

REVISÃO DA LEI DE BASES SERVE OS INTERESSES DAS SEGURADORAS

O Governo pretende “vender gato por lebre” a mais de 1,5 milhões de pensionistas ao fazer crer que a revisão da Lei de Bases da Segurança Social vem em defesa dos interesses dos cidadãos quando na verdade o diploma – denunciou o PS – apenas vem em defesa das companhias seguradoras.

Num debate parlamentar particularmente violento, os socialistas desafiaram Bagão Félix a provar com números as suas afirmações e sublinharam, ponto por ponto, os aspectos negativos da nova Lei de Bases que lesam os pensionistas.

Um golpe de teatro das bancadas da maioria acabou por marcar a discussão. Dada a insistência do PS nas inconstitucionalidades do diploma, nomeadamente a ausência do necessário debate público da proposta de lei, os deputados do PSD apresentaram um requerimento, aceitando que o projecto baixasse à comissão especializada, sem votação, para depois, e sem explicações, retirarem essa proposta, voltando à sua posição inicial de procederem à votação da lei geralidade.

No discurso de Bagão Félix não resultou evidente a necessidade de rever a actual Lei de Bases da Segurança Social, aprovada há menos de dois anos pelo Parlamento, e, nas suas intervenções, deixou por responder, entre outras perguntas, se os esforços de equilíbrio financeiro do Governo irão ou não



obrigar a um corte das transferências para a Segurança Social.

Para Manuel Alegre, o ministro foi à Assembleia da República “fazer uma proclamação ideológica” e o seu discurso “marcou a fronteira entre a direita e a esquerda”.

O socialista Paulo Pedroso questionou o governante sobre a convergência das pensões

mínimas, pois esta ficou aquém da promessa eleitoral feita por Paulo Portas de que todas elas seriam equiparadas ao salário mínimo nacional.

Por sua vez, o deputado Vieira da Silva destacou que o “plafonamento” de que tanto se orgulha Bagão Félix cria um défice de 426 milhões de contos, segundo a Comissão do Livro Branco da Segurança Social e não os 12

a 54 milhões defendidos pelo ministro. “Porque não apresentou o Governo os cálculos relativos ao plafonamento”, inquiriu Vieira da Silva, questionando ainda a possibilidade de o ministro conseguir garantir que os esforços de equilíbrio orçamental não vão reduzir as transferências do Orçamento de Estado para a Segurança Social.

MARY RODRIGUES

DIFERENÇAS E (DES)VANTAGENS

Lei de Bases da Segurança Social do PS

O actual sistema de pensões criado pelo Governo socialista procura proporcionar aos beneficiários uma pensão substitutiva próxima da média das retribuições profissionais sobre as quais incidiram os descontos para a Segurança Social.

O sistema é financiado pelas contribuições dos trabalhadores e dos empregadores – respectivamente 11 e 23,75 por cento – a que acrescem transferências do Orçamento de Estado para compensar as prestações fortemente redistributivas ou a que não corresponda uma carreira contributiva.

Chama-se de repartição porque em cada momento as contribuições servem para pagar as pensões dos beneficiários actuais.

A lei actual introduziu uma importante inovação na formação das pensões de reforma, que passaram a ser calculadas com base em toda a carreira contributiva, com a revalorização das remunerações antigas em função nomeadamente da inflação – e não nos melhores 10 anos dos últimos 15, como acontecia na lei anterior – sem prejuízo dos direitos adquiridos e em formação.

Esta alteração muito contribui para a sustentabilidade do sistema, ao fazer com que as pessoas passem a preocupar-se mais cedo com a sua carreira contributiva, para além de evitar manipulações

com aumentos extraordinários das retribuições nos anos que antecediam a reforma, como acontecia anteriormente.

Projecto do Governo DPSD/PP

O projecto de Lei de Bases do actual Governo, em vez de aproveitar e regulamentar as potencialidades que a Lei actual prevê para melhorar a sustentabilidade do sistema, revoga-a e substitui-a por outra que, ao contrário do que anuncia, pode vir a pôr em causa a sustentabilidade do sistema a médio prazo, ou convertê-lo num regime assistencialista de pensões mínimas de subsistência, deixando os beneficiários à mercê das seguradoras e dos fundos de pensões.

Nesta linha está o estabelecimento de um tecto máximo (plafonamento) para as contribuições e de patamares em que se pode optar entre fazer descontos para a Segurança Social, na percentagem relativa às pensões (65 por cento), ou para um regime complementar de capitalização.

Este novo sistema provocará uma diminuição de contribuições, num período crítico em que estas são vitais para a sustentabilidade do sistema, estimando-se que antecederá em cerca de dez anos dos défices do orçamento da Segurança Social.

ESTA PÁGINA NÃO PODE FICAR EM BRANCO.

O "Ação Socialista" é um jornal feito para você, militante, colaborador e amigo do Partido Socialista.

É um espaço aberto a todos aqueles que queiram dar a sua opinião e contribuir para o debate, sempre tão necessário.

O destacável com a Declaração de Princípios e o relatório da Revisão dos Estatutos que está a receber é um bom começo para uma discussão franca e aberta.

Envie o seu artigo de opinião, dê sugestões, critique, aplauda e participe.

ESPAÇO ABERTO

O espaço do leitor. O seu espaço.



AÇÃO
SOCIALISTA

MÁRIO CRISTÓVÃO

FIBRA SOCIALISTA

Mário Cristóvão coerentemente conserva, aos 43 anos, os valores e princípios que, desde os 14, lhe estão na fibra de ser socialista. Aprendeu a fazer política ainda adolescente, percebendo, na prática, que participar num projecto não implica necessariamente estar no comando e que os verdadeiros líderes são aqueles cujas soluções fazem convergir as vontades, tornando-se credíveis e eficazes para os cidadãos.

Participar na vida orgânica do PS é importante mas não suficiente. "É preciso que cada militante faça a desmultiplicação da mensagem socialista junto dos demais cidadãos, ajudando assim o partido a crescer e a abrir-se".

Este compromisso foi assumido por Mário Cristóvão logo após o 25 de Abril, quando, pela mão do irmão mais velho, se inscreveu no Partido Socialista.

Deste então, esta noção de militância tem sido concretizada "pela coerência de posições" que, nas suas áreas de intervenção laboral e quotidiana, Mário Cristóvão tem mantido.

Cedo aprendeu que "a política se faz com valores e que estes devem ser os guias da nossa acção", porque "um partido alicerça-se em causas, e são os militantes que dão corpo ao partido".

Assim, aos 14 anos divulgou o ideário socialista em Setúbal, de onde é natural, passando a palavra, igualmente, em Évora, onde depois foi estudar. Mais tarde, ajudou na constituição orgânica da JS.

Mário Cristóvão participou também no Grupo Autónomo do PS que foi, aliás, a sua primeira experiência enquanto militante.

No Verão de 1974 dedicou as suas férias a fazer o recenseamento dos bairros da lata que existiam em Setúbal, percebendo de perto a necessidade de intervenção política que se fazia sentir na época e ganhando a "fibra" que o tem mantido no seio do Partido Socialista há 28 anos.

Afirmando-se um "democrata convicto", o Mário não esconde que em quase três décadas de militância, diversas foram as vezes em que discordou das "decisões e atitudes que o colectivo assumiu".

"Houve alturas em que achei que o PS não tinha a resposta necessária para a sociedade portuguesa", reconhece, referindo-se a momentos difíceis para os socialistas, nomeadamente a FRS, em 1979; passando pelas dúvidas que lhe suscitara a



PERFIL

Nome
Mário José Ribeiro Pinto Cristóvão
Idade
43 anos
Ocupação
Gestor
Hobbies
Ler, ouvir música e cinema
Militância
Inscrição no PS em 1974
Referências Socialistas
Mário Soares, Felipe González, Willy Brandt e François Mitterrand

"oportunidade de certas coligações" e as reservas que determinadas medidas de governações do PS lhe provocaram.

"Tudo isto deixou-me desgostoso, mas não me zangou ao ponto de querer abandonar o partido", recorda, sublinhando que o seu distanciamento prendeu-se com os métodos e não com uma ou outra liderança socialista.

No passado recente, o militante garante que os seis anos de governação de António Guterres não lhe deixaram muitas dúvidas,

fazendo um balanço geral positivo, embora reconheça que "houve muitas hesitações". Que foram penalizadas nos resultados eleitorais.

Quem não hesitou foi Ferro Rodrigues, a quem Mário Cristóvão reconhece "a coragem" em dar a cara pelo PS num momento menos bom da história socialista nacional.

"As pessoas não podem ser castigadas por perder eleições", defende Mário Cristóvão, para quem a coerência e a honestidade são marcas de capacidade de liderança partidária.

"Penso que Ferro Rodrigues tem sido coerente e, portanto, acho que o saldo da sua liderança é positivo", afirma, salvaguardando que há muito trabalho a fazer-se no partido, porque "seis anos no Governo geraram muitas apetências" e elas "terão de ser expurgadas", sendo que "esse expurgo ainda não aconteceu".

O tempo em que o PS está na oposição deve ser aproveitado, segundo o militante, para "potenciar o projecto socialista da melhor forma, compreender os tempos que se avizinham e os novos desafios que se colocam à sociedade".

De olhos postos no Congresso de Novembro, Mário Cristóvão está confiante nas soluções

que os socialistas apresentarão aos portugueses nas próximas eleições. Mas não esconde que "as hesitações que por vezes existem na direcção" o deixam "assustado". Apesar de tudo, acredita na reeleição de Ferro, porque "não há necessidade de discutir a liderança na perspectiva da pessoa do secretário-geral".

"Espero que o partido tenha o bom senso de decidir-se pelas soluções políticas e não pelas vantagens pessoais desta ou daquela figura".

Quanto à actual governação da direita, Mário Cristóvão está "muito preocupado" com as políticas sociais e ambientais, detendo-se nas medidas económicas por força de não encontrar garantias de que o aumento dos impostos corresponda a uma melhoria de condições do País no seu todo. Na opinião deste militante, "os portugueses terão de enfrentar uma situação complicada, pelo que se torna fundamental a intervenção do PS e a apresentação de alternativas".

Mário Cristóvão defende que, no contexto de democracia em que vivemos, "tendo o povo escolhido, o Governo deve governar". Porém, avisa: "Portugal tem muito a perder com este Executivo".

MARY RODRIGUES

DÉFICES EXCESSIVOS

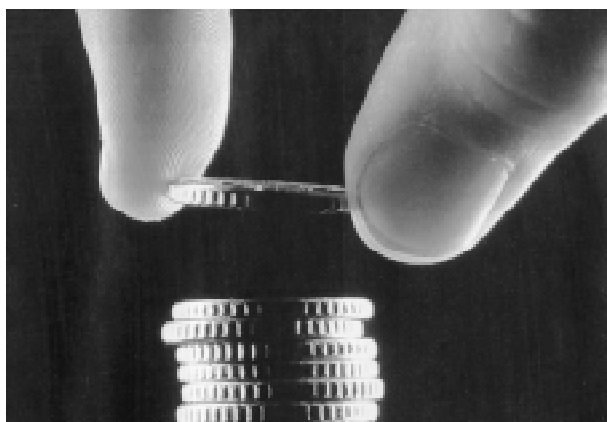
BARROSO PODE PREJUDICAR PORTUGAL

A defesa do interesse nacional no sentido de evitar a aplicação de qualquer tipo de sanções devido a um défice superior ao estabelecido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento deve estar acima das divergências políticas, pelo que é uma obrigação inquestionável do Governo PSD/PP impedir que a Comissão Europeia tenha qualquer atitude discriminatória em relação ao nosso país.

O Governo deve exigir um tratamento idêntico ao de outros países com défices excessivos, como é o caso da Alemanha, França e Itália, não sendo aceitável que a introdução, pela presidência espanhola da União, da interpretação flexível do Pacto de Estabilidade sirva apenas para desculpar uns e castigar outros. Aliás, ainda recentemente o Instituto de Investigação Económica alemão reconhecia que "a Alemanha não conseguirá o seu objectivo de colocar as finanças públicas próximas do equilíbrio previsto para 2004".

Relativamente ao nosso país, não se trata apenas da aplicação da multa e de um eventual reparo, mas também porque as restrições podem implicar limitações no acesso ao Fundo de Coesão, através do qual são financiados os projectos nas áreas do ambiente e das acessibilidades. É ao Governo, e só ele, portanto, que cabe impedir que o nosso país seja injustamente prejudicado.

Até porque se o défice é superior a três por cento, isso fica a dever-se em boa parte, não a impetus despesistas dos anteriores governos, mas sim a investimentos absolutamente necessários em áreas sociais, na dignificação de carreiras e na promoção do desenvolvimento regional, entre outras coisas. Não fosse a atitude eleitoralista e desprestigiante para o nosso país de Durão Barroso antes e depois das eleições legislativas de 17 de Março, e talvez tudo se tivesse processado de maneira diferente.



Acresce ainda que, além das medidas para redução da despesa, que já tinham sido implementadas pelo anterior Governo do PS, existe agora, segundo responsáveis europeus, um problema adicional que é o do abrandamento económico, ao qual não é alheio, pelo contrário, o comportamento do actual Governo que lançou o país num clima de incerteza e de pessimismo.

A verdade é que a aplicação de uma multa que poderia rondar os 600 milhões de euros, como tem sido referido, ou a limitação no acesso ao Fundo de Coesão, agravaria ainda mais a situação de paralisia e de pessimismo que o país atravessa.

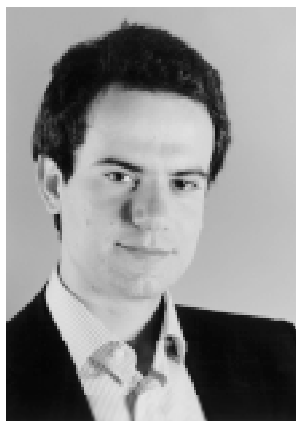
No entanto, também não se pode aceitar que o

Governo queira dramatizar a situação, para depois aparecer como uma espécie de salvador. Até porque, de acordo com o ministro finlandês das Finanças, aquando do último Ecofin, "a abertura de um procedimento dos défices excessivos é muito complicado e não prevê sanções imediatas, abrindo sim a via para a correcção da trajectória".

De sublinhar que o PS manifestou inteira disponibilidade para aprovar uma Lei de Estabilidade Orçamental, com a condição de ela ser justa e correcta, isto é, que não altere a Lei das Finanças Locais e faça uma discriminação positiva em relação às regiões autónomas e aos municípios mais desfavorecidos.

SÉRGIO SOUSA PINTO

DINAMARCA EMBARAÇA EUROPA EM MATÉRIA DE IMIGRAÇÃO



A legislação sobre imigração recentemente aprovada pelo Governo de centro-direita da Dinamarca, país que agora preside à União Europeia, "constitui um embaraço para a Europa", considera o deputado Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão das Liberdades Públicas e dos Direitos dos Cidadãos do Parlamento Europeu.

Numa interpelação ao ministro da Imigração e da Integração dinamarqueses, o eurodeputado criticou as contradições existentes entre o programa da actual presidência da União Europeia e a sua legislação interna em matéria de imigração, que considerou uma "chocante ameaça para o património civilizacional comum".

Entre outras coisas, a legislação agora aprovada pela Dinamarca acaba com o direito automático de um cidadão estrangeiro trazer o seu conjugue, e os vistos de residência agora só são dados aos cidadãos a residir há mais de sete anos no país, quando antes o poderiam obter após três anos. Por outro lado, a presidência dinamarquesa pretende que os cidadãos de países terceiros

residentes de longa duração possam residir noutro Estado-membro. Perante estes factos, Sousa Pinto quis saber se da parte da presidência dinamarquesa existe ou não a intenção de exportar este modelo para a União Europeia e se estão ou não dispostos a revogá-lo.

SOCIALISTAS FRANCESES REPENSAM NOVOS CAMINHOS DA ESQUERDA



As derrotas eleitorais dos partidos socialistas na União Europeia têm provocado um movimento de reflexão no sentido de adequar o pensamento da esquerda às condições actuais da sociedade e do mundo. É o que está acontecer, nomeadamente, em França, país em que os socialistas abriram, na sequência dos resultados das últimas eleições, um processo de discussão e reflexão até ao próximo Congresso, que se realiza na Primavera de 2003.

O PSF procura assim trilhar um caminho que o leve a encontrar uma nova identidade, um projecto e uma estratégia, partindo do pressuposto que as condições e expectativas das sociedades actuais se transformaram radicalmente com a globalização e com os novos fenómenos económicos, mediáticos, sociais e criminais, lançando o mundo na insegurança e incerteza.

Entre os pontos de reflexão dos socialistas franceses estão os efeitos da globalização, a relação entre o trabalho e as empresas, a ascensão social, os mecanismos de distribuição da riqueza, os novos fenómenos sociais, o ambiente, a redefinição do papel do Estado e dos serviços públicos, a organização interna do PSF e as alianças eleitorais no seio da esquerda.

CAMPOS CRITICA GOVERNO POR SE ALIAR À FRANÇA

PORTUGAL É QUEM MAIS BENEFICIA COM PROPOSTAS DE REVISÃO DA PAC

As propostas da Comissão Europeia para a reforma da PAC, agora em discussão na União Europeia, colocam Portugal como um dos grandes beneficiários e repõem alguma justiça e equilíbrio que falta na actual política agrícola comum, considerou em entrevista ao "Acção Socialista" António Campos, membro da comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu. Na sua opinião, estas propostas são genericamente boas para a agricultura portuguesa e, por isso, considera "inadmissível" que o Governo se tenha aliado à França que, como país que mais beneficia da PAC, tem interesses totalmente divergentes dos nossos. "Há pessoas no Governo que têm interesses que não correspondem aos interesses globais da agricultura portuguesa", acusa o eurodeputado.

A proposta de reforma da PAC apresentada pela Comissão Europeia vai realmente no sentido de repor algum equilíbrio e justiça que agora falta na política agrícola comum?

Sim. E vai repor alguma justiça porque cria dois tectos. Um tecto máximo, porque a partir de 60.000 contos as explorações deixam de ter acesso a subsídios. Assim, os contribuintes já não têm de pagar para os mais ricos da Europa. Por outro lado, há uma modulação às ajudas que vai dos cinco mil contos até aos 60 mil. É uma modulação que favorece os pequenos agricultores, porque há medida que as ajudas são mais elevadas vai aumentando o desconto para o fundo de desenvolvimento rural, que beneficia todos os agricultores.

Esta reforma traz também uma reorientação total da PAC, designadamente porque acaba com o sistema de pagamentos para produzir e para não produzir. A PAC está agora orientada para a defesa do meio ambiente, saúde pública e qualidade da produção.

O modelo europeu, pela primeira vez, desvia-se



do americano, que é virado para o *fast-food* e contra a saúde pública. A Comissão propõe um modelo de desenvolvimento sustentado, preocupado com a saúde humana e animal e amiga do ambiente.

Entre os seus objectivos proclamados, esta proposta pretende acabar com uma produção intensiva substituindo-a por uma produção segura e de qualidade. Isto não implicará reformas em muitas explorações agrícolas que não têm capacidade para o fazer?

Os agricultores terão de passar a fazer uma agricultura extensiva e a ocupar os campos. É preciso que deixem de fazer uma agricultura de laboratório. Os agricultores terão de se adaptar, porque na maior parte dos casos é o elevado produtivismo que provoca custos enormes.

É importante sublinhar que estas propostas da Comissão são coincidentes com as que foram

apresentadas por Capoulas Santos quando foi ministro da Agricultura. É uma orientação virada para o futuro, para não haver clientelas e servir a Comunidade. Vai servir a saúde pública, as pequenas e médias empresas familiares e o meio ambiente. É uma política com regras, valores e princípios.

Uma vez que as ajudas deixarão de ser atribuídas à produção para passarem a ser em função das explorações, não haverá o risco de vir a haver um abandono da produção?

Não, porque o problema hoje do sector agrícola é fazer o controlo da produção. Acaba-se com o sistema de pagar para produzir. Não há nenhum perigo de haver uma carência alimentar na União Europeia, porque os recursos disponíveis são superiores às necessidades alimentares.

Quais são, para Portugal, os aspectos

positivos e os negativos que esta proposta apresenta?

Para Portugal não existem aspectos negativos, a não ser talvez, na ligação de algumas ajudas às produções históricas. Mas o mal não é de agora já vem de traz.

De todos os países da União Europeia, Portugal é o que mais beneficia, porque somos quem tem mais agricultores activos. É que 50 por cento dos oito mil milhões de contos das ajudas da PAC vão para os cereais e o nosso país não pode produzir como os franceses ou os alemães. A tendência é assim para que o bolo comunitário possa ser distribuído por todos. É ainda de grande importância, porque, por exemplo, permitirá fazer a reconversão do Alentejo, que deixa de estar amarrado apenas à produção de cereais. Poderão assim desenvolver-se as grandes riquezas do Alentejo como as raças autóctones, os frutos secos, a uva de mesa, o pata negra, o azeite, etc.

Como classifica a postura do Governo perante a proposta da Comissão e em que áreas acha que ele devia batalhar para que Portugal saísse mais beneficiado?

É inadmissível que o Governo se tenha aliado aos franceses, que consomem 25 por cento dos oito mil milhões de contos das ajudas da PAC. É que Portugal é contribuinte líquido e, portanto, os interesses nacionais de ambos os países são necessariamente distintos.

Mas então como é que isso se justifica?

Porque há pessoas no Governo que têm interesses que não correspondem aos interesses globais da agricultura portuguesa, na medida em que todas as produções em que temos vantagens comparativas no quadro do mercado único e no da globalização, na prática não têm nenhuma ajuda da Comunidade, como é o caso dos vinhos, frutas e hortícolas.

AFIRMA CAPOULAS SANTOS

GOVERNO COM ESTRATÉGIA SUICIDA PARA A AGRICULTURA

O Governo deve apoiar as propostas de reforma da PAC apresentadas pela Comissão Europeia e inflectir a estratégia suicida que tem vindo a adoptar, considerou o deputado Capoulas Santos, ex-ministro da Agricultura.

Precisamente no dia em que os ministros da Agricultura dos Quinze iniciaram a discussão sobre a reforma da PAC, o deputado propôs-se "ajudar o Governo a sair da actual situação de desorientação sobre as propostas de

revisão da PAC e a definir uma estratégia ganhadora para Portugal".

Numa conferência de Imprensa realizada em Évora, Capoulas Santos apresentou as suas propostas de auxílio ao Governo em seis pontos. Apoiar o modelo proposto pela Comissão, que consiste em substituir os critérios quantitativos por qualitativos; a passagem das ajudas para a exploração e não em função das quantidades; a recusa de

qualquer tentativa de renacionalização ou de co-financiamentos nacionais das políticas agrícolas; recusa da indexação dos apoios aos agricultores aos valores históricos de produção, para passarem a ser atribuídos de acordo com os valores médios comunitários; o reforço dos apoios ao desenvolvimento rural; e apoio da proposta da Comissão do sistema de modulação de ajudas.

Entretanto, o coordenador do PS para os

Assuntos Europeus, António José Seguro, solicitou a presença do ministro da Agricultura, Sevinete Pinto, na Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus e Política Externa, com o propósito de transmitir à Assembleia da República as informações relativas ao Conselho de Ministros da Agricultura do passado dia 15, bem como a posição do Governo face às propostas da Comissão Europeia.

MÁRIO SOARES

REFORMULAR AS OBSOLETAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

É urgente regulamentar e operar uma "mutação nas condições políticas internacionais" que conduza a uma "globalização ética", porque a actual globalização é "selvagem". Foi esta a ideia defendida pelo ex-Presidente da República Mário Soares, durante a abertura de um seminário de Verão promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Neste processo, Soares descreveu como "fundamental" o papel da União Europeia que, considerou, passa pelo reforço do papel da ONU e pela reformulação de "instituições obsoletas", como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e a OCDE.

Preocupado com o futuro da democracia, pois "não há democracia sem mercado, mas há mercado sem democracia", Mário Soares frisou que ao chamado imperialismo sucedeu "o império do capital, um império sem pátria, sem rosto, sem responsabilização, e que tem um único valor: o lucro".

"A própria natureza do capitalismo mudou", disse, acrescentando que "o capitalismo passou de produtivo, industrial, a especulativo e financeiro".

Soares chamou a atenção para o que descreveu como "a erosão dos Estados", "a concentração da riqueza e o crescimento da pobreza no mundo" — pelo que reiterou o seu apelo no sentido de se



fazer uma "regulamentação internacional da própria globalização".

As regras a aplicar são claras para Mário Soares. São elas o controlo dos fluxos de capitais mediante a aplicação de uma taxa mínima que reverta para o combate à pobreza; o controlo do "capital sujo" resultante da criminalidade organizada, evitando que entre nos circuitos normais; o fim dos paraísos fiscais; a

regulamentação das especulações financeiras sobre as moedas nacionais; e o perdão da dívida externa aos países pobres.

A aplicação destas medidas exige, sublinhou Soares, o reforço do papel das Nações Unidas. O ex-Presidente declarou ainda que já existe a vontade política de que estas mutações aconteçam.

M.R.

XIV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

SAMPAIO DEFENDE QUE LUTA CONTRA A SIDA SEJA PRIORIDADE POLÍTICA

Jorge Sampaio apelou aos líderes mundiais para que a luta contra a sida e a sua prevenção seja uma prioridade política, sublinhando que não é possível atacar este flagelo isoladamente, "sem atender igualmente a questões como a pobreza ou a desigualdade do género".

No discurso que proferiu na XIV Conferência Internacional sobre a Sida, em Barcelona, o Presidente da República afirmou que é preciso enfrentar o HIV "abertamente" e "actuar rapidamente". "Temos de mobilizar vontades e recursos e agir com rapidez e convicção", disse,

acrescentando que seria bom "ver reforçado o papel das igrejas e das confissões religiosas que podem assumir um compromisso social mais efectivo nesta urgente situação humanitária". Por outro lado, Sampaio aludiu à situação vivida nos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), "que estão a ser fortemente atingidos por esta epidemia, que agrava a situação económica e social já bastante desfavorável de sectores significativos da população".

Na sua intervenção, o chefe de Estado falou da

experiência portuguesa no combate à toxicod dependência para explicar a forma como o poder político pode combater a sida. Segundo explicou Sampaio, tal como no combate à droga, é preciso, em primeiro lugar, "discutir abertamente os problemas e não escondê-los ou tentar ignorá-los", trazendo para o debate "o concurso de diversos intervenientes e de diversos saberes", bem como "ouvir aqueles que, por uma razão ou outra, conhecem directamente o problema no terreno".

O Presidente da República frisou que estas foram

algumas das medidas que procurou incentivar em Portugal na área do combate à droga. "Penso que os resultados foram positivos, pelo menos no que toca a promover uma discussão mais aberta, reduzir o estigma e a discriminação e tornar politicamente viáveis soluções diferentes", disse. Jorge Sampaio, o único líder da União Europeia presente na Conferência de Barcelona, anunciou que se irá reunir em breve com as entidades nacionais envolvidas na problemática da sida, para avaliar os programas de luta contra este flagelo.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



O Congresso do PSD foi isto: Pedro Santana Lopes e Manuela Ferreira Leite, a ministra das Finanças e o putativo candidato a Belém! O que não deixa de ser curioso para um conclave que assumiu como imagem de marca definir uma política "em nome do futuro".

VISTO DE BRUXELAS

O PSD E AS "BASES"

O Congresso do PSD não correu nem melhor nem pior do que o previsto. Antes pelo contrário. O PSD vive a euforia do poder e, sabe-se como os seus dirigentes são sófregos e possessivos sempre que o têm ao alcance das mãos.

Não são, pois, previsíveis durante os tempos mais próximos (quicá durante a legislatura) grandes rupturas ou obstáculos inultrapassáveis.

O Dr. Durão Barroso, reconhecidamente um bom corredor de fundo, pode viver os tempos mais próximos descansado.

É claro que uma coisa são a euforia, a alegria e a fluência colectiva das vitórias recentes, outra coisa serão a solidariedade, o companheirismo e o espírito de partilha das dificuldades que se aproximam. A discussão do próximo Orçamento de Estado e da partilha limitada de recursos que ele inevitavelmente traduzirá, significará sempre bastante mais que o unanimismo dos congressistas no último fim-de-semana.

Como sempre sucede nestas realizações (predominantemente mediáticas) a Comunicação Social apressou-se a "descobrir" personalidades de destaque e acontecimentos mais marcantes.

Entre as primeiras, e obviamente para lá do próprio Durão Barroso, os observadores destacaram a Dra. Manuela Ferreira Leite e o incontornável Pedro Santana Lopes.

Na primeira identificaram a firmeza que tempera de aço (ou de ferro?) as grandes personalidades, a capacidade de ousar ou desafiar e o afrontamento da popularidade se tal for exigível pelo interesse nacional.

Os congressistas reagiram bem, como reagem sempre todos os congressistas, ao discurso dos que temem porque têm poder se desse poder depender muito do seu estatuto no futuro.

Mas afinal o que disse a ministra das Finanças? Nada... rigorosamente nada.

Ou melhor, disse o que sabe dizer e que o Povo do PSD tão ansiosamente espera: "Os socialistas são uns malandros", deixaram a casa desarrumada, chegaram mesmo fogo a alguns dos bens e, agora, é ela claro, que está disponível embora sacrificada, para salvar o País das dificuldades e se preciso for do próprio inferno.

Para a Dra. Manuela Ferreira Leite já não chega cavalgar a onda de vitória das últimas eleições, precisa de exorcizar o perigo socialista, definitivamente, para todo o sempre. À cautela!

Ficará seguramente nos anais das finanças públicas a figura de estilo que utilizou, sobre o bombeiro dedicado (ela quem havia de ser?) que nos salva a todos do fogo devorador, ainda que para tal tenha de estragar alguns móveis (e as carpetes).

Para quê teorias económicas e planos de regularização das finanças públicas? Para quê definir objectivos e políticas? Para quê mobilizar recursos e virtudes?

A teoria da esfregona e do calde de água e a determinação do bombeiro tudo explicam. Sempre que os socialistas sujem a bala ou puserem em causa o património de todos recorre-se à Dra. Manuela Ferreira Leite.

Foi também assim e usando imagens semelhantes que há muitos anos atrás, o País descobriu um salvador (ou terá sido um salvador que descobriu um país?).

Quanto ao Dr. Santana Lopes esteve igual a si próprio. Faça o que fizer, diga o que disser, negue o que negar, participe no que quiser o Dr. Santana Lopes é sempre notícia.

Se não diz nada de especialmente interessante (o que aliás foi o caso) a Comunicação Social, encarrega-se de descobrir mensagens, desafios, projectos, iniciativas branqueando as banalidades que o senhor profere.

Para quê preocuparmo-nos com as ameaças de abandono da vida pública a que habitualmente recorre ou com a proclamação permanente da sua fidelidade a eleitorados e projectos?

Ou mais seriamente de que vale e para que serve investigar os rastros de incompetência e irresponsabilidade que vai deixando atrás de si, por onde passa e onde exerce a sua actividade? O homem é um fenómeno. Os seus passos atraem montes de curiosos. As suas palavras são analisadas e dissecadas no que diz (que é pouco) e no que deixa por dizer (que é muito).

Agora descobriram que quer ser candidato a Belém e que para tal, se for necessário, está disposto mesmo a desafiar o tio Cavaco.

Perante a nova, saltam de entusiasmo, os fiéis leitores (e leitoras) das revistas do coração e da moda, tangem hossanas e louvores os 10 santanistas fiéis que permanecem no partido e boceja de tédio a maioria da opinião pública que no entanto estando cheia de Santana Lopes, está apesar disso, sempre disposta a ouvi-lo e a perdô-lo.

Há gente assim. Gente que se destaca só por abrir os lábios ou sorrir, por balbuciar ou ameaçar,

por amuar ou contradizer... apenas por estar lá e falar. Santana Lopes sabe-o muito bem.

Como há gente que nos tolhe e comove com a carga de sofrimento que transporta, com a iminência do desafio que assume, com o despojamento das vaidades e do mundanismo. Manuela Ferreira Leite aprendeu-o como ninguém.

O Congresso do PSD foi isto: Pedro Santana Lopes e Manuela Ferreira Leite, a ministra das Finanças e o putativo candidato a Belém!

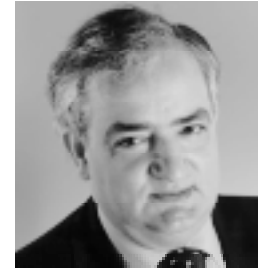
O que não deixa de ser curioso para um conclave que assumiu como imagem de marca definir uma política "em nome do futuro".

É claro que houve outras coisas interessantes e destacáveis.

Houve, por exemplo, aquela do companheiro, sindicalista e deputado que "informou" o Congresso da existência (ainda) de muitos boys socialistas nos jobs do Estado (quem imaginaria isto depois da proibição do eng. António Guterres). Para que conste, mas sobretudo para que se preparem para o assalto. Aceitam-se listas e sugestões.

E houve também o discurso do congressista que consagrou o PSD como partido vocacionado para a ligação a povo, decretou que a noite era ainda uma criança e, convidou todos, a acompanhá-lo por uma digressão na madrugada lisboeta... para contactar as bases (como é evidente), mas sobretudo para acompanharem (adivinhem quem!) Pedro Santana Lopes.

Tão ilustre e tão arrebatadora intervenção merecia um prémio e é óbvio que o teve. O senhor é agora membro da Comissão Política do Partido. Com este PSD e com uma oposição ainda atordoada e incapaz de recuperar do choque das últimas eleições, o País vai ainda ter de esperar... pelo Futuro... e é melhor que espere sentado.



MANUEL DOS SANTOS



AS ILUSÕES DO PSD NA OBRA PÚBLICA



JOSÉ JUNQUEIRO

confrontámos as notícias com os dados oficiais publicados no "Diário da República" e de depressa verificámos que Durão Barroso, no seu estilo superficial, tinha tentado vender ao País mais uma ilusão. Para além do investimento constituir pouco mais de 30 por cento do PIDDAC de 2002, aprovado pela Assembleia da República, a verba publicitada não era mais do que o orçamento normal do IEP e quanto a obra nova não havia novidade.

Neste contexto, a propósito do pseudo "pacote de obras públicas", o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez uma conferência de Imprensa e solicitou a vinda do ministro Valente de Oliveira à 9ª

O Governo anunciou, pomposamente, a paternidade sobre um pacote especial de obras públicas, novas, no valor de mil milhões de euros, cerca de 200 milhões de contos. Foi o próprio primeiro-ministro quem trouxe a boa nova, num período em que tenta modificar um discurso de grande dramatismo que, como se sabe, lançou no País um clima de desconfiança que poderá conduzir a uma crise económica de graves consequências.

Crítico, por deslocada, esta tentativa de paternidade dos vários empreendimentos na medida em que é lógico e do senso comum um Governo cessante deixar responsabilidades e projectos em curso para serem assumidos pelo Governo seguinte. É assim com o PSD e foi assim com o PS. É também assim que se evita a interrupção do normal funcionamento do Estado.

Avisados que estamos sobre esta matéria, com a certeza, pela força dos factos, que o anúncio do Governo sobre "obras novas" não tem conteúdo e apenas contém ilusões e que outra finalidade não visa se não a de tentar inverter o discurso de pessimismo que tão perversos efeitos está a lançar no país. Não admira, pois, que com tanta ausência de seriedade as sondagens refiram o Governo como sendo fraco, tão fraco como o próprio primeiro-ministro.

Crítico, por deslocada, esta tentativa de paternidade dos vários empreendimentos na medida em que é lógico e do senso comum um Governo cessante deixar responsabilidades e projectos em curso para serem assumidos pelo Governo seguinte. É assim com o PSD e foi assim com o PS. É também assim que se evita a interrupção do normal funcionamento do Estado.

Comissão. Concretizou-se na terça-feira e, tal como se suspeitava, *não há mais investimento nem investimento novo e nem tão pouco novidade*. Pelo contrário!

Questionado sobre a matéria, o Governo confirmou que, só na rodovia, o corte é superior a 87 milhões de euros. *Haverá, portanto, menos investimento e, "ipsis verbis", quanto às ditas "obras novas" disse que "na realidade, tratava-se de acelerar processos"*. Terá sido uma interpretação menos correcta da Comunicação Social, concluiu. Pelo que vi nos jornais e pelo que ouvi do eng. Valente de Oliveira não concluo da mesma maneira. Ou toda a gente interpretou mal ou o primeiro-ministro fez mais uma trapalhada. Inclino-me, no entanto, para uma terceira hipótese: tentaram iludir-nos.

Para exemplificar a demagogia: no que respeita ao "Metro" para a Portela e ao "Metro ligeiro" Alagô-Falagueira (e é só o itinerário que assegurou) o ministro Valente de Oliveira confirmou, igualmente, resumir-se a iniciativa a um processo de estudos e não de obras. Obra terá no IC19 que está em fase de consignação e não de lançamento como tentou fazer querer. Mas não terá obra no IC16 e no IC30 porque o Governo fez voltar tudo à estaca zero.

Afirmou, com solenidade, que levaria até ao fim todos os projectos, iniciados e em curso, contrariando a afirmação do Ministro Marques Mendes que acusara o PS de só ter feito "obras no papel". No entanto, surpreendentemente, anunciou que vai eliminar do PIDDAC de 2003 todas as verbas de menor dimensão inscritas no ano corrente e que se destinam à abertura de projectos. Acontece que as mesmas resultam de compromissos assumidos, para concretizar até ao fim, sendo certo que esta atitude vai defraudar as legítimas ambições dos autarcas, entidades e população em geral (em particular os das regiões mais desfavorecidas, comprometendo esta via a coesão territorial do País). É bom ficar atento.

Finalmente, fica a certeza, pela força dos factos, que o anúncio do Governo sobre "obras novas" não tem conteúdo e apenas contém ilusões e que outra finalidade não visa se não a de tentar inverter o discurso de pessimismo que tão perversos efeitos está a lançar no país. Não admira, pois, que com tanta ausência de seriedade as sondagens refiram o Governo como sendo fraco, tão fraco como o próprio primeiro-ministro.

NA EUROPA LEVANTAM-SE CEDO



LUÍS MARINHO

Mas ou para o sim ou para o não, que não nos falte a razão de termos reagido, contribuindo, afirmando uma visão portuguesa do futuro da Europa. Nada pior que a desolação do silêncio,

Falando sobre a importância da Convenção que cumpre, antes de férias, três meses de trabalho, dizia o Comissário Barnier que não era a primeira vez que se discutia a Europa, mas era, isso sim, a primeira vez que tal se fazia na *transparência*. Concluiu, afirmando que, por isso mesmo, ela valia por si mesma, pela novidade e pelo método, tanto ou mais do que pela natureza do mandato que lhe foi confiado.

Vem isto a propósito das respostas que Portugal e quem o representa, nas diversas componentes da Convenção tem urgentemente de dar a um conjunto de questões a que já não se pode fugir, por tacticismo político ou risco de não acertar. A transparência do método convencional exige a clareza dos propósitos e das ideias, exige verdadeiramente, um ponto de partida, uma marca, que venha a condicionar um determinado modelo europeu, seja ele o que vier a ser.

que na circunstância, quer dizer, *ver a bola passar e perder o jogo, sentados na bancada central...*

É hora também de reconhecer ou não a existência do *histórico consenso nacional* entre os nossos dois maiores partidos do Governo, âncora, onde, apesar de tudo, se fundaram os alicerces portugueses da construção europeia. E de saber para que serve hoje tal dispositivo, como se expressa, como actua, quem mobiliza e em que direcção.

Reafirmado semestralmente nas vésperas das cimeiras intergovernamentais, tal consenso não passa de um ritual e carta branca para que os Governos à vinda, possam contar por vitórias, tudo, até os insucessos alcançados.

Não somos nós que estamos no poder. *Compete ao Governo mobilizar* as inteligências, os mecanismos e as instituições para abrir um debate nacional que coloque Portugal na *plataforma* de partida da corrida europeia. Às vezes, até parece que o Governo vai no bom caminho, quando professa convicções europeias e reconhece humildemente dificuldades. Porém, outras vezes, alguns dos seus ministros ou próceres, desatam a má língua sobre a Europa e arrasam com duas "bocas" a credibilidade com que o Governo nos alumiou.

Há, obviamente, uma insanável contradição sobre a Europa nas duas componentes partidárias da maioria. Tão funda que pode produzir um drama fatal. Ou o CDS trai as suas convicções ou é o PSD a fazê-lo. No primeiro caso, há quem perca a honra mas salva-se o Governo, no segundo, também se salva o Governo, mas perde-se a honra e perde-se Portugal.

Talvez por isso o debate europeu *made in Portugal* verdadeiramente ainda não começou, e os portugueses continuam à espera de um milagre que os salve da insignificância. De onde se prova que também em matéria de Europa, este Governo serve mal Portugal.

FAÇAM O REGULAMENTO

LUIS PITA AMEIXA

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO BAIXO-ALENTEJO

O recenseamento dos militantes e dos simpatizantes socialistas, que está a ser efectuado pelo Partido Socialista, decorre de uma decisão corajosa da liderança e dos órgãos competentes do Partido e poderá deixar nas mãos dos mesmos órgãos e dirigentes um novo ficheiro, informatizado, contendo diversos dados pessoais de milhares de cidadãos. Daqueles que voluntariamente preencheram e enviaram a sua ficha de actualização de dados e interesses temáticos e, igualmente, dos que o não fizeram agora.

A transparência e a equidade no seu uso [ficheiro informático] são uma das condições básicas de uma vida democrática interna sã...

A gestão e utilização do ficheiro e das etiquetas de correspondência, até agora, têm deixado muito a desejar!

A transparência e a equidade no seu uso são uma das condições básicas de uma vida democrática interna sã, para além das obrigações legais que, nesta matéria, hoje, impendem sobre as entidades que dispõem deste tipo de ficheiros, relativamente às quais o PS deve dar exemplo de recto cumprimento. Ora, tal objectivo só é possível de alcançar mediante a produção de normas gerais e abstractas de aplicação à administração do ficheiro e que comportem, além do mais, formas de fiscalização e controlo.

Portanto, a renovação do ficheiro, em curso, só será completa e coerente se, simultaneamente, os órgãos estatutariamente competentes aprovarem e puserem em vigor um Regulamento do Ficheiro. E, depois, é necessário que o cumpram.....

Os trabalhadores e os pensionistas portugueses têm razão para estar preocupados, na razão inversa à satisfação que estas medidas têm provocado nos meios patronais, empresariais e, muito particularmente, nos meios financeiros. As palavras de ordem são privatizar, desmantelar, desproteger.

O SONSINHO

A máscara de competência e moderação com que Bagão Félix foi apresentado aos portugueses quando integrou o novo Governo, e vendida até à exaustão por uma Comunicação Social que lhe é invulgarmente favorável, começou recentemente a descolar. O ministro chegou de mansinho numa tarde de Abril. Por entre elogios aos anteriores titulares da pasta e promessas de ponderação das medidas em articulação com os parceiros sociais, fez por cultivar uma imagem de solidez e de serenidade que sobressaiu pela positiva no meio do reboiço trapalhão que caracterizou a actuação do governo nos seus primeiros 100 dias em funções. No entanto, os métodos e as práticas que Bagão Félix tem desenvolvido no âmbito do Ministério da Segurança Social e do Trabalho não deixam margem para dúvidas, de que é um conservador no plano social e um fervoroso liberal no plano económico e é este o quadro político-ideológico que vai marcar toda a política para as diversas áreas do ministério nos próximos anos.

É nas matérias da solidariedade, da protecção social e do trabalho que a clivagem político-ideológica entre esquerda e direita, entre conservadores e progressistas, entre liberais e socialistas e sociais-democratas tem uma enorme relevância prática, com consequências muito concretas sobre os justos interesses das classes mais fragilizadas da nossa sociedade, como sejam os pobres, os jovens e, em geral, as classes trabalhadoras.

Este aparente bom velhinho - aura que não sobreviveu aos tíques totalitaristas que não conseguia disfarçar no debate parlamentar sobre a nova Lei de Bases da Segurança Social - prepara-se para lançar a maior contra-reforma protagonizada pelo novo Governo, atingindo de forma inaceitável conquistas de cidadania, de protecção social e de desenvolvimento que o PS sedimentou no seu período de governação. O sector das políticas de solidariedade e de combate à exclusão conta-se entre aqueles que os Governos da Nova Maioria protagonizaram com maior sucesso. Num contexto em que era necessário um grande rigor ao nível das finanças públicas e da política económica, de modo a assegurar a integração de Portugal logo na primeira fase da União Económica e Monetária e no euro, conseguimos atingir plenamente estes objectivos sem pôr em causa o emprego e protagonizando políticas sociais arrojadas. Neste capítulo, o rendimento mínimo garantido, o aumento das pensões degradadas, a reforma da segurança social e, noutro plano, estruturação e generalização da rede do pré-escolar, constituem alguns exemplos marcantes. Julgo mesmo, e isto independentemente da nossa performance em final de mandato, que estas são - e é justo que sejam - as duas marcas PS: a plena integração de Portugal da União Europeia, em particular na União Económica e Monetária e a afirmação de um novo modelo de solidariedade social através do lançamento de um conjunto integrado de políticas sociais de nova geração, que contribuíram de forma decisiva para a diminuição dos níveis de severidade da pobreza e de exclusão social, e que fazem hoje parte integrante de um adquirido de cidadania que julgávamos não poder mais ser posto em causa. Enganámo-nos. Bagão Félix está a provocar um retrocesso quase irreversível nestas conquistas dos portugueses.

Numa análise aos primeiros três meses da sua actuação, julgo não ser injusto dizer que tudo o que fez de bom já estava feito, tudo o resto é muito mau. Começou com a "reforma" do rendimento mínimo garantido que quase se esgotou na elevação dos 18 para os 25 anos da idade de acesso a este direito. Ao invés de procurar melhorar com medidas eficazes e corajosas aquilo que estava mal ao nível da sua fiscalização, optou por concentrar os seus esforços na mais pura demagogia, deixando sem protecção contra situações de pobreza extrema muitos jovens com problemas graves e estruturais de integração social.

Depois veio a gravíssima revisão da Lei de Bases da Segurança Social. E aqui viu-se bem o cinismo com que o ministro trata de assuntos que dizem directamente respeito à segurança e à qualidade de vida dos trabalhadores. O ministro teve o descaramento de apresentar uma medida que é um

verdadeiro atentado à segurança das pensões de reforma de todos os portugueses e que no imediato serve sobretudo os interesses das seguradoras e dos fundos privados de pensões, como algo de bom para o sistema. Afirmou que a diminuição dos patamares do plafonamento contributivo, acima dos quais quem auferir salários mais elevados pode descontar para regimes privados de protecção social, tinha a grande vantagem de libertar a segurança social do pagamento das pensões mais elevadas. Sucede que, num exercício de grande desonestidade política, se esqueceu de explicar que a sustentabilidade do sistema depende dessas contribuições sobre os salários mais altos para ser viável no longo prazo. Por fim apresenta uma proposta de sistematização da legislação laboral e uma declaração de intenções de rever essa mesma legislação. Diga-se que a primeira parte, que é louvável, decorre directamente de algo que foi posto em marcha por Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso, à data respectivamente o ministro e o secretário de Estado que detinham a tutela da área do trabalho, e que está em fase de conclusão. A segunda parte, pode ser útil, mas, na linha do que vem sendo um hábito da parte deste ministro, foi anunciada de forma superficial, sem se avançar minimamente nos contornos que tal revisão virá a ter. Aqui o PS deve ter especial cuidado. Se é importante promover uma maior adaptabilidade de horários e das formas de organização do trabalho, isto não pode servir de pretexto para que se ponha em causa o cerne do nosso modelo de relações laborais que assenta na segurança e na estabilidade do vínculo e das carreiras. Temos que combater com determinação não apenas qualquer tentativa de introduzir despedimentos sem justa causa, mas também de promover a volatilidade das funções e das categorias ou de atenuar a protecção que é conferida, por exemplo, no âmbito da paternidade e da maternidade.

Os trabalhadores e os pensionistas portugueses têm razão para estar preocupados, na razão inversa à satisfação que estas medidas têm provocado nos meios patronais, empresariais e, muito particularmente, nos meios financeiros. As palavras de ordem são privatizar, desmantelar, desproteger. Em contrapartida, foram metidos na gaveta sem apelo nem agravo os dois acordos históricos celebrados entre o governo PS e todos os parceiros sociais nas áreas da formação profissional e da segurança, higiene e saúde no trabalho, que estabeleciam uma agenda de intervenção concertada em matérias fundamentais para o desenvolvimento da qualidade de vida dos trabalhadores e para o progresso do país. Todas as estruturas tripartidas de diálogo social que foram instituídas nos últimos anos estão paradas. O Governo parece apenas ligar à concertação social quando quer fazer uns números para os telejornais, mas não a pratica no dia a dia, nem a entende como uma forma saudável de promover e sustentar a transformação social. Que diferença entre o estilo sonso e bem intencionado do senhor ministro e a frieza cruel nos objectivos e nas práticas que se esconde por detrás desse estilo.



MARK BOBELA-MOTA KIRKBY



A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Reúne-se hoje o Secretariado Nacional do PS no Largo do Rato.

O plenário da Assembleia da República reúne-se sexta-feira em sessão especial para votar a Lei de Estabilidade Orçamental.

Com a presença de Paulo Pedrosa, porta-voz do PS, e de Luísa Mendonça, líder regional dos socialistas madeirenses, tem lugar no próximo domingo a Festa da Liberdade do PS/Madeira.

Na terça-feira, o secretário-geral, Ferro Rodrigues, tem previsto um encontro de confraternização no Largo do Rato, com os funcionários da sede nacional.

Decorre entre os dias 18 e 21 de Julho, a 12ª edição da FACECO (Feira das Actividades Culturais e Económicas) do concelho de Odemira, na vila de S. Teotónio.

O Executivo socialista de Amarante promove entre 20 e 28 de Julho, nos claustros do edifício municipal, o III T'Amaranto - Mostra de Teatro de Amarante, que fará deslocar à cidade companhias oriundas de Almada, Guimarães, Covilhã, Lousada, Portalegre e Vila Real.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS SECÇÕES DE BRAGA

Secção PS Braga
Av. João XXI, 421-S. Victor - 4700 Braga
Tel. 253 674004 Fax 253 619029

Secção PS Cabeceiras de Basto
Praça da República - Refojos
4860 Cabeceiras de Basto
Tel. 253 662539 Fax 253 662943

Secção PS Esposende
Rua 5 de Outubro, 4 - 4740 Esposende
Tel. 253 3964299

Secção PS Fafe
Praça Mártires do Fascismo - 4820-146 Fafe
Tel. 253 599972 Fax 253 599972

Secção PS Guimarães
Rua Gil Vicente, 37 - 1º S. Paio
4800-151 Guimarães
Tel. 253 516471 Fax 253 516471

Secção PS Vieira do Minho
Rua João de Deus, 9 - 1º Cave - Sala 9
4850 Vieira do Minho
Tel. 253 648843

Secção PS Vila Verde
Praça da República - 4730 Vila Verde
Tel. 253 311962

Secção PS Cambeses
Ligar da Igreja - 4775 Cambeses BCL
Tel. 253 951135



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues

maryr@partido-socialista.pt

Paulo Pisco

Colaboração **Edite Bandos**

Secretariado **Sandra Anjos**

sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**

José Raimundo

Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao

E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo

1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados**